

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.887 - SC (2019/0215147-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**ADVOGADOS** : **JAIME OLIVEIRA PENTEADO - SC017282**  
                  **MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498**  
                  **THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844**  
                  **ARTHUR SABINO DAMASCENO - SC047683**  
                  **KAEL NERY DE LIMA MORO - SC056609A**  
**RECORRIDO** : **MARCIA BOAVENTURA GOMES DA SILVA**  
**ADVOGADOS** : **VANESSA CRISTINA PASQUALINI - SC013695**  
                  **MAURÍCIO PROBST - SC012779**

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DE AMBAS AS PARTES. AVENTADO O CERCEAMENTO DE DEFESA ANTE A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVO LAUDO PERICIAL. INOCORRÊNCIA. ELEMENTOS PROBANTES SUFICIENTES À PLENA CONVICÇÃO DO JULGADOR. IMPUGNAÇÃO OFERTADA QUE NÃO OBRIGA O MAGISTRADO A DETERMINAR A PRODUÇÃO DE NOVA PERÍCIA. QUESTÕES DEVIDAMENTE ESCLARECIDAS. CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA SOBRE O MONTANTE INDENIZATÓRIO DESDE O EVENTO DANOSO. AVENTADA PELA SEGURADORA A IMPOSSIBILIDADE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ATRASO DO PAGAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. INSUBSISTÊNCIA. DECISÃO DA CORTE SUPERIOR, PROFERIDA EM RECURSO REPRESENTATIVO DE*

*CONTROVÉRSIA (RESP 1483620/SC), QUE NÃO FEZ QUALQUER DISTINÇÃO NESSE SENTIDO. REQUERIDA PELA AUTORA A REFORMA DA SUCUMBÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE A RÉ DEU CAUSA À AÇÃO QUANDO PROCEDEU AO PAGAMENTO DEFASADO DO SEGURO. INVOCADO O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. INAPLICABILIDADE. PRETENSÃO PRINCIPAL DA AUTORA QUE SE DIRIGIA À COMPLEMENTAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA, OBJETIVANDO QUE ATINGISSE A INTEGRALIDADE DA TABELA ANEXA À LEI N. 6.194/74. PEDIDO INDEFERIDO PELO JUÍZO SINGULAR. SUCUMBÊNCIA CONFIGURADA. SENTENÇA MANTIDA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSOS DESPROVIDOS.*

*Nos termos do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, em julgamento representativo de controvérsia, "A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso" (Resp 1483620/SC, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015).*

No recurso especial, a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei 6.194/74, defendendo não incidir correção monetária entre a data do sinistro e a do pagamento administrativo quando a seguradora observa os prazos legais previstos em lei específica.

Contrarrazões às fls. 315/322.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece prosperar.

O acórdão recorrido negou provimento à apelação da ré sob o seguinte fundamento:

*Por muito tempo, foi pacífico nesta Câmara e neste Tribunal o entendimento de que, no caso de pedido de complementação da indenização do seguro obrigatório DPVAT julgado procedente, a correção monetária, incidente sobre o valor condenatório, teria como termo inicial a data do pagamento administrativo.*

*Entretanto, alguns órgãos fracionários deste*

*Tribunal passaram a divergir dessa posição, aceitando a tese da incidência de correção monetária sobre os valores indenizatórios do seguro obrigatório DPVAT desde a edição da medida provisória n. 340/2006 até a data do sinistro. Sustentavam, dentre outros argumentos, que, apesar de não ter constado expressamente da medida provisória qualquer índice de atualização monetária, não teria sido a intenção da alteração legislativa (mens legis) estagnar o quantum indenizatório, além de que a ausência de atualização do valor ensejaria o enriquecimento sem causa das seguradoras.*

*Diante da divergência de entendimentos no âmbito deste Tribunal, a controvérsia veio a ser submetida à apreciação do Grupo de Câmara de Direito Civil deste Tribunal (CPC/73, art. 555, § 1º), que, por maioria de votos, houve por bem acolher o posicionamento divergente e até aquele momento minoritário neste Tribunal, uniformizando, assim, o entendimento desta Corte a respeito da questão (TJSC, Apelação Cível n. 2013.031514-5, de Capinzal, rel. Des. Odson Cardoso Filho, órgão Julgador: Grupo de Câmaras de Direito Civil, j.11-12-2013).*

*Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento representativo de controvérsia, decidiu em sentido diverso da posição adotada por este Sodalício. Segundo a tese firmada pela Corte Superior, para os fins do art. 543-C do CPC/73, "A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso" (Resp 1483620/SC, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015).*

*Diante disso, e levando em conta a força persuasiva do referido julgado, o papel de uniformização da jurisprudência nacional incumbido ao STJ, bem como os princípios da economia e celeridade processuais, que desaconselham a remessa desnecessária de recursos à instância superior, impõe-se que este Tribunal adegue suas decisões à orientação firmada pela Corte Cidadã.*

*No caso em apreço, a solução que se impõe, por consequência, é a manutenção da sentença no sentido de determinar a aplicação da correção monetária sobre a indenização do seguro obrigatório DPVAT recebida administrativamente pela parte autora, desde a data do evento danoso (03.06.2016, fls. 14/15) até o pagamento administrativo (02.12.2016, fl. 26).*

*Apurada a diferença relativa à correção monetária do período, o valor encontrado deverá ser novamente corrigido pelo INPC, desde 02.12.2016 até a data do efetivo pagamento, e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação.*

*3. Outrossim, não merece acolhimento a alegação da seguradora ré de que não seria possível a aplicação de correção monetária sobre o montante pago ao autor desde o evento danoso, em razão de o pagamento administrativo ter ocorrido dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 5º da Lei n.º 6.194/74.*

*Isso porque a decisão da Corte Superior não fez qualquer distinção nesse sentido, estabelecendo que a correção monetária deve incidir em qualquer hipótese, mesmo quando o pleito inicial se limite a postular a correção monetária da indenização desde a edição da MP n. 340/2006.*

Com efeito, a 2ª Seção do STJ, em sede de julgamento de recurso especial representativo de controvérsia, firmou a tese de que *"A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso"* (REsp 1.483.620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 02/06/2015).

Ocorre que a incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos do previsto no recurso especial repetitivo, somente ocorre nas hipóteses de descumprimento do prazo legal para o pagamento (art. 5º, § 7º, da Lei 6.194/74).

Nesses termos, cita-se ainda:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. PAGAMENTO TEMPESTIVO REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE E EM VALOR SUPERIOR AO EFETIVAMENTE DEVIDO. ATUALIZAÇÃO. INVIABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. A Súmula 580/STJ dispõe que "a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."*

2. A correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a mora da seguradora imponha a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo.

Na espécie, a indenização foi feita tempestivamente e em quantia superior à efetivamente devida, tornando inviável a atualização monetária.

3. Agravo interno desprovido.

**(AgInt no AREsp 1338095/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 05/11/2018)**

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE REQUERENTE.**

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de correção monetária somente quando não for paga em até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos documentos. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Para se rever a conclusão das instâncias ordinárias - no sentido de que a indenização foi paga no prazo legal - seria necessário o reexame do contexto fático-probatório dos autos, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

**(AgInt no AREsp 1279802/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 17/05/2019)**

Por não estar em sintonia com o entendimento desta Corte, merece reparos o acórdão recorrido no ponto.

**Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a correção monetária sobre a indenização do seguro DPVAT.**

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa.

Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**